

## ANEXO XV

### VERIFICAÇÃO DO CONTROLE DE DESPESA DE SUBVENÇÕES

CHECK LIST

n/a = Não se Aplica

Nº. de ordem	PROCEDIMENTOS	sim	não	n/a	fls
<b>PROCEDIMENTOS PARA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS</b>					
01	Consta na solicitação: o valor total da despesa, justificativa e assinatura da autoridade competente?				
02	O objeto da solicitação está especificado de forma clara, precisa, suficiente, concisa e objetiva, sem especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias?				
03	Há autorizações prévias, específicas exigidas pela legislação?				
04	O recurso a ser transferido está autorizado pela lei orçamentária em vigor?				
05	Foi incluído o orçamento detalhado em planilhas e quantitativos que expressem a composição dos custos unitários (art. 7º da Lei 8666/93 e suas alterações)?				
06	Há previsão de recursos orçamentários (Reserva de Dotação) que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes da prestação de serviços a serem executados no exercício financeiro em curso (Art. 7º, Inciso III, § 2º da Lei 8.666/93)?				
07	O plano de trabalho apresentado pela Entidade foi aprovado previamente pelo ordenador de despesa do órgão responsável pela transferência dos recursos				
08	<b>O PLANO DE TRABALHO CONTÉM, NO MÍNIMO:</b>				
8.1	Identificação do objeto a ser executado?				
8.2	Descrição das etapas ou fases de execução?				
8.3	Plano de Aplicação dos recursos financeiros?				
8.4	Cronograma de desembolso?				
8.5	Previsão de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão das etapas ou fases programadas?				
09	Constam os documentos de habilitação da pessoa física / jurídica selecionada para contratar com a Administração Municipal, bem como os mesmos encontram-se no prazo de validade e devidamente autenticados, no caso de cópias, conforme art. 28 a 32 da Lei 8.666/93 e suas alterações e legislações municipais?				
10	Foram apresentadas e aprovadas as prestações de contas da aplicação de subvenção ordinária ou extraordinária anteriormente recebida?				
11	A entidade foi considerada em condições de funcionamento satisfatório pelo órgão competente?				
12	Foi apresentada prova de regularidade do mandato de sua diretoria em exercício?				
13	Foi apresentado o atestado de funcionamento fornecido pelo Poder Judiciário, Ministério Público ou por Conselho Tutelar?				



14	A entidade encontra-se em situação regular junto a Receita Federal, com relação a Situação Cadastral no CNPJ?				
15	A Entidade beneficiada vem mantendo seu funcionamento de forma satisfatória?				
16	O instrumento jurídico foi elaborado e aprovado pela Procuradoria Geral do Município?				
17	<b>PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DA(S) NOTA(S) DE EMPENHO?</b>				
17.1	A classificação orçamentária utilizada está compatível com o objeto da subvenção, no que se refere ao Programa de Trabalho e a Natureza da Despesa?				
17.2	O produto da prestação dos serviços está contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso (§ 2º, Inciso IV, do art. 7º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações)?				
17.3	Na utilização de Fontes de Recursos vinculadas, o objeto da transferência de recursos à Entidade está compatível com a(s) finalidade(s) de aplicação destinada aos recursos?				
17.4	O planejamento da despesa está adequado ao cronograma de entrega/execução da despesa?				
17.5	Os dados da(s) Entidade(s) conferem com os documentos apresentados?				
17.6	A fundamentação legal está compatível com o tipo de despesa?				
17.7	O processo foi examinado e liberado pela Controladoria Geral?				
18	<b>VERIFICAR SE CONSTA DO INSTRUMENTO JURÍDICO:</b>				
18.1	A razão social da entidade favorecida?				
18.2	O endereço da entidade favorecida?				
18.3	Qualificação dos representantes das partes?				
18.4	O valor total do objeto?				
18.5	O prazo está em conformidade com a proposta/plano de trabalho apresentada (o) pelo favorecido?				
18.6	Comprovante de publicação do extrato na Imprensa Oficial do Município, conforme Art. 61 da Lei 8.666/93 e suas alterações?				
19	Constam a aprovação e publicação das contas pelo órgão competente conforme Deliberação do TCE/RJ?				
20	Consta o Certificado de Auditoria com o parecer conclusivo emitido pela Controladoria Geral do Município conforme Deliberação do TCE/RJ?				

NOME CARGO E MATRÍCULA DO SERVIDOR

NOME CARGO E MATRÍCULA DO SERVIDOR